

LITURATERRA [Entrevista: 2025, 2]

Sociabilidade capitalista, trabalho e política no Brasil: uma entrevista com Adalberto Cardoso

Adalberto Moreira Cardoso*

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

por Alexander D. A. Couto Englander**

Bruna da Penha de M. Coelho***

Cecília E. Barbosa Soares****

Thiago Brandão Peres*****

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Resumo

Esta entrevista com Adalberto Cardoso, professor titular do Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ), tem o objetivo de debater a trajetória acadêmico-pessoal do professor, bem como os principais eixos de sua obra. Neste artigo, foram reunidas perguntas que perpassam diferentes fases e agendas de pesquisa da carreira de Adalberto Cardoso, e que articulam temas como a sociabilidade capitalista no Brasil, as contradições do direito do trabalho, o mercado de trabalho brasileiro e suas relações com a informalidade e a formulação de

* Doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo. Professor titular do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. *E-mail:* acardoso@iesp.uerj.br.

DOI <http://lattes.cnpq.br/2468028807671937>. ID <https://orcid.org/0000-0002-6539-0770>.

** Doutor em Sociologia pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. *E-mail:* alexcoueng@gmail.com. DOI <http://lattes.cnpq.br/3722386384580311>.

ID <https://orcid.org/0000-0001-6844-8811>.

*** Doutora em Direito e em Sociologia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Professora adjunta da Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Professora do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana da UERJ e do Programa de Pós-Graduação em Direito da UERJ. *E-mail:* brunapmcoelho@gmail.com.

DOI <http://lattes.cnpq.br/1876206005014598>. ID <https://orcid.org/0000-0003-4974-1590>.

**** Doutora em Sociologia pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. *E-mail:* ceciliaebsoares@gmail.com. DOI <http://lattes.cnpq.br/4516448315285561>.

ID <https://orcid.org/0000-0001-5770-1068>.

***** Doutor em Sociologia pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Pesquisador de pós-doutorado (IESP-UERJ) financiado pela FAPERJ – Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro, Processo SEI 260003/005791/2022, e pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, Processo SEI 01300.008811/2022-51. *E-mail:* thiagobrandaoperes@gmail.com. DOI <http://lattes.cnpq.br/9190236219279370>.

ID <https://orcid.org/0000-0003-3855-3869>.

Recebido em 06 de fevereiro de 2025 e aprovado para publicação em 21 de junho de 2025.



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons Attribution 4.0 International License.

políticas públicas, sindicalismo, reforma trabalhista, sociología política, bem como os reflexos da pandemia de Covid-19 nas desigualdades sociais e nas relações de trabalho.

Palavras-chave: sociabilidad capitalista; sociología del trabajo; sociología política; Adalberto Cardoso.

LITURATERRA [Entrevista: 2025, 2] Sociabilidad capitalista, trabajo y política en Brasil: entrevista con Adalberto Cardoso

Resumen

Esta entrevista con Adalberto Cardoso, profesor titular del Programa de Postgrado en Sociología del Instituto de Estudios Sociales y Políticos de la Universidad del Estado de Río de Janeiro (IESP-UERJ), tiene como objetivo discutir la trayectoria académica y personal del profesor, así como los principales ejes de su trabajo. Este artículo reúne cuestiones que atraviesan diferentes fases y agendas de investigación de la trayectoria de Adalberto Cardoso, y que articulan temas como la sociabilidad capitalista en Brasil, las contradicciones del derecho del trabajo, el mercado de trabajo brasileño y su relación con la informalidad y la formulación de políticas públicas, el sindicalismo, la reforma laboral, la sociología política, así como los efectos de la pandemia del Covid-19 en las desigualdades sociales y las relaciones laborales.

Palabras clave: sociabilidad capitalista; sociología del trabajo; sociología política; Adalberto Cardoso.

LITURATERRA [Interview: 2025, 2] Capitalist sociability, work and politics in Brazil: An interview with Adalberto Cardoso

Abstract

This interview with Adalberto Cardoso, full professor of the Graduate Program in Sociology at the Institute of Social and Political Studies of the State University of Rio de Janeiro (IESP-UERJ), has the aim of discussing the professor's academic-personal trajectory, as well as the main axes of his work. In this article, questions that cut across different phases and research agendas of Adalberto Cardoso's career were compiled, which articulate themes such as capitalist sociability in Brazil, the contradictions of labor law, the Brazilian labor market and its relationship with informality and the formulation of public policies, trade unionism, labor reform, political sociology, as well as the effects of the Covid-19 pandemic on social inequalities and labor relations.

Keywords: capitalist sociability; sociology of work; political sociology; Adalberto Cardoso.

LITURATERRA [Entretien: 2025, 2] Sociabilité capitaliste, travail et politique au Brésil : un entretien avec Adalberto Cardoso

Résumé

Cet entretien avec Adalberto Cardoso, professeur titulaire du programme de troisième cycle en sociologie de l'Institut d'études sociales et politiques de l'Université de l'État de Rio de Janeiro (IESP-UERJ), a pour objectif de discuter de la carrière académique et personnelle du professeur, ainsi que des principaux axes de son travail. Cet article rassemble des questions qui traversent différentes phases et agendas de recherche de la carrière d'Adalberto Cardoso, et qui articulent des thèmes tels que la sociabilité capitaliste au Brésil, les contradictions du droit du travail, le marché du travail brésilien et sa relation avec l'informalité et la formulation de politiques publiques, le syndicalisme, la réforme du travail, la sociologie politique, ainsi que les effets de la pandémie de Covid-19 sur les inégalités sociales et les relations de travail.

Mots-clés : sociabilité capitaliste ; sociologie du travail ; sociologie politique ; Adalberto Cardoso.

LITURATERRA [專訪：2025, 2] 巴西的資本主義社會、勞工與政治：Adalberto Cardoso 專訪

摘要

這篇對里約熱內盧州立大學社會與政治研究所 (IESP-UERJ) 社會學研究生課程正教授 Adalberto Cardoso 的訪談，旨在討論這位教授的學術與個人生涯，以及他工作的主軸。這篇文章彙集了貫穿 Adalberto Cardoso 職業生涯不同階段和研究議程的問題，並闡述了巴西的資本主義社會性、勞動法的矛盾、巴西勞動市場及其與非正式性的關係、公共政策的制定、工會主義、勞動改革、政治社會學，以及 Covid-19 大流行對社會不平等和勞動關係的影響等主題。

關鍵字：資本主義社會性；勞工社會學；政治社會學；Adalberto Cardoso。

LITURATERRA [Interview: 2025, 2] Kapitalistische Gesellschaft, Arbeit und Politik in Brasilien: ein Interview mit Adalberto Cardoso

Zusammenfassung

In diesem Interview mit Adalberto Cardoso, einem ordentlichen Professor des Postgraduierten-Programms für Soziologie am Institut für soziale und politische Studien der Staatlichen Universität Rio de Janeiro (IESP-UERJ), geht es um den akademischen und persönlichen Werdegang des Professors sowie um die Hauptachsen seiner Arbeit. In diesem Artikel werden Fragen zusammengefasst, die sich durch die verschiedenen Phasen und Forschungspläne von Adalberto Cardosos Karriere ziehen und Themen wie die kapitalistische Soziabilität in Brasilien, die Widersprüche des Arbeitsrechts, den brasilianischen Arbeitsmarkt und seine Beziehung zur Informalität und die Formulierung öffentlicher Politiken, die Gewerkschaftsbewegung, die Arbeitsreform, die politische Soziologie sowie die Auswirkungen der Covid-19-Pandemie auf die sozialen Ungleichheiten und die Arbeitsbeziehungen zum Ausdruck bringen.

Schlüsselwörter: kapitalistische Soziabilität; Arbeitssoziologie; politische Soziologie; Adalberto Cardoso.

Introdução

Esta entrevista com Adalberto Cardoso, professor titular do Programa de Pós-Graduação em Sociologia do IESP-UERJ, inaugura o projeto *Trajetórias*. Pensado e desenvolvido desde o início de 2024, o projeto tem como intuito um diálogo com percursos e obras do mundo do trabalho.¹ Com o objetivo de debater a trajetória acadêmico-pessoal do professor, bem como os principais eixos de sua obra, foram realizadas entrevistas semiestruturadas em três ocasiões: 20 de fevereiro de 2024, 3 de maio de 2024 e 29 de janeiro de 2025.

Neste artigo, foram reunidas perguntas que perpassam diferentes fases e agendas de pesquisa da carreira de Adalberto Cardoso, e que articulam temas como a sociabilidade capitalista no Brasil, as contradições do direito do trabalho, o mercado de trabalho brasileiro e suas relações com a informalidade e a formulação de políticas públicas, sindicalismo, reforma trabalhista, sociologia política, bem como os reflexos da pandemia de Covid-19 nas desigualdades sociais e nas relações de trabalho.

Ao longo das respostas, as elaborações pessoais foram também cotejadas com interpretações de aspectos de significativas obras do autor, tais como *A trama da modernidade: pragmatismo sindical e democratização no Brasil* (1999); *As normas e os fatos* (2007); *A construção da sociedade do trabalho no Brasil: uma investigação sobre a persistência secular das desigualdades* (2010); *Ensaios de sociologia do mercado de trabalho brasileiro* (2013); e *À beira do abismo: uma sociologia política do bolsonarismo* (2020).

Entrevista

Pergunta: Na primeira parte do livro *A construção da sociedade do trabalho no Brasil: Uma investigação sobre a persistência secular das desigualdades*, você interpreta o que denomina de construção da sociabilidade capitalista no Brasil. Você poderia desenvolver um pouco o que entende por “sociabilidade capitalista”?

Adalberto Cardoso: Essa pergunta é difícil, porque o livro inteiro pode ser lido como a construção do tipo ideal “sociabilidade capitalista”. É um tipo específico de sociabilidade, porque as linhas de força que a estruturam estão baseadas, sobretudo, na distribuição desigual do acesso à propriedade. Portanto, distribuição desigual do acesso às

¹ O grupo idealizador do projeto é composto por Alexander Englander, Bruna da Penha, Cecília Soares e Thiago Brandão. Todos os membros do grupo participaram das entrevistas e da sua posterior edição em artigo.

oportunidades de vida, dos estilos de vida. Essas relações hierárquicas, desiguais, ocorrem sob o véu do fetichismo da mercadoria. O livro tenta recuperar isso a partir da escravidão, né? Na sociedade escravista e na pós-escravista, a violência é outra linha de força, no sentido de que qualquer encontro pode acabar em violência. Ela é pressuposta nos encontros cotidianos, de indivíduos e coletividades. Dos mais pobres entre si, dos mais pobres com os mais ricos, e dos mais ricos entre eles. O processo civilizador no Brasil não conseguiu pacificar a sociabilidade. E isso não é só no Brasil. Eu estou chamando atenção para o fato de que, no nosso caso, a nossa sociabilidade capitalista é estruturada também pela violência, além do fetichismo, da desigualdade, do acesso desigual à propriedade. A violência é um elemento fundamental. As elites econômicas, culturais e políticas nutriram, ao longo dos séculos, uma indiferença moral em relação ao destino das maiorias – despossuídas, pobres etc. Isso se reproduziu ao longo dos séculos e não foi resolvido. A democracia no Brasil não resolveu esse problema.

Pergunta: Você já comentou um pouco sobre essas marcas indeléveis da escravidão na constituição da sociabilidade capitalista brasileira. Se você quiser desenvolver mais um pouco sobre isso e sobre a ideia, que aparece no texto, de que Getúlio Vargas representaria uma ruptura com essa dinâmica herdada da escravidão...

Adalberto Cardoso: Então, essa indiferença moral teve materialidade. A Constituição liberal de 1891 tornou inconstitucional regular sobre as relações de trabalho. O Estado não tinha e não podia ter ingerência sobre as relações de trabalho, que eram pensadas como relações privadas entre compradores e vendedores de força de trabalho. É uma reprodução do que veio da escravidão, né? Essa coisificação da relação entre senhor e escravo, que era tratado como coisa, como não pessoa. Isso se transferiu para a percepção das elites brasileiras sobre o povo “mestiço, indolente, preguiçoso”. É uma das explicações, por exemplo, de por que os empresários preferiram os imigrantes no processo inicial de industrialização de São Paulo. O racismo está por trás disso. Depois ele foi reproduzido de outras maneiras. Nesse início da transição, foi o racismo que impediu que os brasileiros fossem incorporados no capitalismo nascente. Junto com isso, a Constituição proibiu regular sobre a questão social. Quando o Vargas toma posse, no primeiro dia, ele faz um discurso reconhecendo a questão social, criando o Ministério do Trabalho. E, entre o primeiro dia de governo e 1934, 70% da legislação de proteção foi instituída. Isso foi uma demanda do sindicalismo durante décadas, e que não tinha tido ressonância nenhuma no

parlamento brasileiro. Foi a primeira vez que um presidente no poder disse que a questão social precisa ser equacionada no Brasil. Ele botou isso na pauta da possibilidade da governabilidade do país. Um país que ainda não era industrial, que tinha operários, mas não tinha uma classe operária. Veio com a lei dos dois terços, e com ela Vargas abriu a modernidade capitalista, a fábrica capitalista, para os brasileiros que estavam excluídos disso. A legislação de proteção era basicamente para o trabalho fabril. E não foi só a legislação social e trabalhista... Bem ou mal, esse projeto vinha da elite do sul do Brasil... tudo estancieiro. Havia uma parte da elite recessiva, no Sul, que começou a construir a sua possibilidade de sobrevivência a partir do reconhecimento da questão social contra as oligarquias. Então, uma parte disso já estava no projeto varguista lá no Rio Grande do Sul. Ele traz isso para o âmbito nacional. Consegue juntar parte da elite recessiva, que deu o golpe contra a outra elite excludente, para se manter no poder. É claro que teve um cálculo político importante. Foi assim que ele construiu a sua legitimidade.

Pergunta: Ainda sobre *A construção da sociedade do trabalho no Brasil*, agora tentando falar um pouco mais do caráter público e politizado dos conflitos entre capital e trabalho... A utopia brasileira da cidadania regulada (esse horizonte de trabalho com direitos) foi apropriada pelos trabalhadores, que optavam por efetivar e ampliar os direitos trabalhistas e sociais. Contradictoriamente, ela também contribuiu para a reprodução das desigualdades sociais no Brasil? E de que forma as expectativas sociais em torno da promessa de cidadania regulada e do acesso aos direitos trabalhistas e sociais moldaram e moldam, historicamente, a construção da sociabilidade capitalista no Brasil?

Adalberto Cardoso: Esse é um processo complexo, né? Eu não sei se eu consegui dar conta dele, mas pelo menos eu construí algumas hipóteses. Entre 1940 e 1976, período áureo da construção da sociedade do trabalho no Brasil, da sociabilidade capitalista no Brasil, foram emitidas três vezes mais carteiras de trabalho do que a evolução da PEA (População Economicamente Ativa) urbana. Isso, para mim, é uma evidência cabal de que as pessoas acreditaram que poderiam ter um emprego formal, né? Porque, mesmo antes de ter carteira de identidade, as pessoas tinham carteira de trabalho. Não era fácil para quem saía do campo, ou que era muito pobre, tirar uma carteira de trabalho. E as pessoas tiraram. Aos montes. Então, isso produziu um mecanismo muito poderoso de reprodução de desigualdade, porque as pessoas deixavam o campo em uma situação de muita pobreza, de muita privação, e vinham para a cidade, onde não tinha emprego para todos.

Vinham em busca dos empregos formais, mas não tinha. E se instalavam na cidade, em situações de altíssima vulnerabilidade e precariedade. Isso representava o mínimo de ascensão social para a maioria das pessoas. Era um mecanismo estrutural, legal, de reprodução de desigualdade, e que incluía o fato de que, no campo, esses direitos não chegavam. Além de tudo, tinha o problema das desigualdades regionais, muito persistentes. E mais... Além dos direitos, Vargas deu aos sindicalistas um lugar de ação, a possibilidade de lutar pela efetividade desses direitos, financiada pelo Estado, pelo imposto sindical. Ação garantida, porque os líderes sindicais tinham estabilidade no emprego. É todo um mecanismo, né? Eu gosto de uma imagem do Héctor Palomino, um sociólogo da Argentina. Ele usava o termo “mecanismo laboral”.

Pergunta: E o que seria esse mecanismo?

Adalberto Cardoso: Na Argentina e aqui, nós temos um “mecanismo laboral”. A pessoa consegue um emprego formal, certo? Imediatamente, essa pessoa é titular de direitos. Direitos sociais, trabalhistas, previdenciários... Essa pessoa começa a contribuir para o Estado por meio de impostos sobre a renda. Ela tem direito a uma representação sindical e aos benefícios da negociação coletiva. Então, é todo um mecanismo em que basta você arrumar um emprego formal, que desata um monte de engrenagens. A gente tinha isso aqui, só que restrito a um número minoritário da população.

Pergunta: Na segunda edição de *A construção da sociedade do trabalho no Brasil*, publicada em 2019, você incluiu um novo capítulo, intitulado “Amanhã vocês serão governo”, que faz menção à frase premonitória de Getúlio Vargas. Nesse capítulo, você faz uma análise histórica das instituições, das formas de ação coletiva e das conjunturas políticas através das quais o trabalho organizado e os sindicatos lutaram para dar efetividade a direitos trabalhistas e sociais. Nesse sentido, como você interpreta as continuidades e as descontinuidades entre o novo sindicalismo e o sindicalismo combativo, comunista, trabalhista, da Quarta República? Ou, em outras palavras, como você interpreta as continuidades e as rupturas com a era Vargas no meio sindical brasileiro?

Adalberto Cardoso: Esse quinto capítulo estava previsto para ser o segundo volume do livro, né? Eu escrevi esse capítulo para um livro que foi publicado nos Estados Unidos. É porque eu tinha a clareza de que não cuidara, no primeiro volume, da agência. Isso é, tem muita estrutura, muitos movimentos das estruturas, muita engrenagem, muito mecanismo.

Mas e aí? E a ação política? Então, isso foi escrito com esse objetivo. Eu acabei não levando adiante esse segundo volume, porque, no meio do caminho, outros projetos, outras coisas, outros livros... A gente vai sendo atropelado pelas agendas de pesquisa, demandas de outras pessoas e tudo mais. Mas eu volto um pouco a isso no livro sobre as classes médias. Tem muito material primário sobre esse período. Eu mostro que nem o novo sindicalismo foi tão novo assim, e nem o velho sindicalismo era tão velho assim. Na verdade, a ideia de “novo sindicalismo” foi construída contra uma imagem muito estereotipada e até reducionista do que era o sindicalismo no pré 1964. A construção das teorias sobre o populismo é uma ficção em muitos sentidos. A ideia ou o conceito de novo sindicalismo foi formulado contra essa construção. O primeiro que trouxe esse argumento foi o Marco Aurélio Santana, em um artigo do final dos anos 1990. Apesar disso, o que eu argumentaria nesse capítulo é que o novo sindicalismo, em muitos sentidos, era mesmo novo, né?

Pergunta: Por quê?

Adalberto Cardoso: Porque, ainda que as práticas fossem semelhantes, aquelas lideranças do pré-64 não existiam mais. A grande maioria tinha sido exilada, morta, aposentada. A classe operária também não era mais a mesma. O que os militares fizeram foi industrializar o Brasil a toque de caixa. Em “marcha forçada”, como disse Antonio Barros de Castro. Então, você tinha uma classe operária inteiramente nova. As lideranças do novo sindicalismo eram mesmo muito jovens. O Lula era muito jovem. Novas lideranças, que se criaram dentro da estrutura sindical corporativa dominada, controlada pelos militares. Isso é incrível, né? O Lula foi eleito para a direção do sindicato pela primeira vez em 1974. Estava tendo a Guerrilha do Araguaia. Repressão. Matança lá no Araguaia, gente morrendo nos porões da ditadura. E, ao contrário do PCB, que tinha o discurso da renovação na estrutura sindical corporativa, a CUT, que nasceu do novo sindicalismo, incorporou, na sua estrutura, coisas que o PCB não conseguiu: a CUT era um grande movimento social no início. Depois, se tornou uma central sindical muito tradicional. Os líderes das oposições sindicais foram ganhando sindicatos. Quando a maioria das oposições ganhou sindicatos, elas mesmas proibiram a participação das oposições sindicais nos próximos congressos. Foi essa coisa da oligarquização, que nós conhecemos. Um processo inevitável. E a CUT foi se dessorando como um movimento social, para se tornar uma central sindical de tipo tradicional. Mas não nasceu assim. O novo sindicalismo nasceu aberto ao Brasil que se democratizava. A proposta da CUT, do contrato coletivo de trabalho, era real. Projeto que

está no Primeiro Congresso, né? Substituir a CLT por contrato coletivo de trabalho negociado. Esse projeto era a destruição da herança varguista, porque a herança varguista era o quê? Era a estrutura sindical corporativa e a CLT. Isso nunca esteve no projeto do PCB antes de 1964. Essa é uma diferença importante. É claro que depois veio a década de 1990; o movimento sindical todo se pôs na trincheira, em defesa da CLT. Isso aconteceu na Europa, em relação ao estado de bem-estar social, né? É o que Habermas chamou de “esgotamento das energias utópicas”. Como você vai negociar, se você não tem nem base de sustentação, que está sendo corroída pelo neoliberalismo? Desindustrialização, demissão de funcionário público, desestatização e toda essa coisa que minou as bases da CUT. E o projeto de flexibilização da CLT, que o Fernando Henrique dizia: “Temos que acabar com a era Vargas”, coisa, aliás, que o Collor também dizia.

Pergunta: Como a figura do Lula se insere nesse processo?

Adalberto Cardoso: Lula, num certo sentido, recupera Vargas, né? Eu gostaria muito de escrever um livro sobre isso. Talvez eu volte a isso. A trajetória do Lula é a encarnação do argumento do meu livro. É o cara que sai do interior do Nordeste, em um pau de arara. Arruma um emprego formal em uma cidade paulista. A partir do emprego formal dele, é eleito para um cargo no sindicato. De dentro do sindicato, explode as correntes daquele sindicalismo controlado pelo Estado. Constrói um partido político. Tudo isso estava na cabeça do Vargas. Constrói um partido político e ganha. Luta pelo poder e ganha a eleição. É a premonição de Vargas, né? “Um dia vocês serão o governo”. E serão o governo para quê? Para fazer a revolução socialista? Não, para gerir o capitalismo. Então, num certo sentido Lula é o retorno ao Vargas. Só que o Vargas nunca imaginou que alguém como o Lula, operário quase analfabeto, chegaria ao poder a partir do voto. Porque o Vargas era contra o voto do analfabeto, era profundamente elitista, apesar de tudo. Então, na cabeça dele, quem iria votar? Só a elite alfabetizada. No processo, o número de operários vai crescer, crescer, ser maioria na população e vai eleger um presidente. Ele tinha isso na cabeça. Ele estava pensando em dez anos. Levou sessenta, porque o Brasil é o Brasil. Teve uma ditadura no meio. Ou seja, o que estou dizendo é que havia uma engrenagem, um mecanismo laboral que, no Brasil, tinha a forma da cidadania regulada. Era a engrenagem da utopia brasileira, que permaneceu, né? Isso é uma herança do Vargas, que acabou só com o Temer, com a reforma trabalhista em 2017.

Pergunta: Aproveitando esse gancho temático, gostaríamos de fazer algumas perguntas sobre o livro *A trama da modernidade: Pragmatismo sindical e democratização no Brasil*. Quais eram as contradições entre o discurso modernizante do sindicalismo de resultados e os objetivos de democratizar o Estado e a sociedade brasileira, que estavam em disputa no momento da constituinte? Qual foi a importância da CUT na consolidação de um campo político democrático popular, nas conquistas sociais da Constituição de 1988? Por fim, já observando o contexto atual, que características, hoje, diferenciam a CUT do pragmatismo sindical e do sindicalismo de resultados?

Adalberto Cardoso: É bom vocês retomarem esse livro, porque, hoje, na crise imensa que o sindicalismo está vivendo, mais do que nunca eu acho que a gente tem que repensar o que pensamos lá atrás sobre o sindicalismo, sobre o que é possível fazer. Eu acho que a contradição, na verdade, era entre o discurso e a prática do sindicalismo de resultados. Porque ele tinha um discurso de modernidade, de louvação do mercado... Ao lado disso, o sindicalismo pragmático era indiferente à democracia. Você pega as entrevistas do Luiz Antônio Medeiros, vai analisar a fundo, e “democracia” raramente aparece. Do Antônio Rogério Magri, nunca aparece. Eles estavam no meio da transição democrática, no processo constituinte, e não falavam de democracia. Porque democracia, para eles, era sinônimo dessa coisa de política partidária, e Medeiros dizia que “partido divide, enquanto o sindicato une”. Uma ideia conservadora sobre política partidária. Mas meu argumento no livro é que Medeiros foi incluído como indivíduo na dinâmica oligárquica da Constituinte, pretendendo representar coletivos que ele, de fato, não representava. Era presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo. Tinha trezentos mil trabalhadores na base. Era isso que ele representava. Mas ele dizia representar oito milhões de trabalhadores... Era diferente da CUT, que, de fato, tinha oito milhões de trabalhadores nos seus sindicatos de base, né? Filiados aos sindicatos, filiados à CUT. Certo? Só que a CUT não estava no mesmo jogo. A CUT estava contestando a legitimidade da forma de incorporação do Medeiros e do Magri na dinâmica da discussão dos direitos do trabalho na Constituinte. Sobretudo, o direito de greve e a estrutura sindical. O Medeiros estava ali para defender a estrutura sindical corporativa, a unicidade sindical, o imposto sindical e o direito de greve. O que o Brasil precisava naquele momento, do ponto de vista da ordem política democrática, era abrir, permeabilizar as estruturas do Estado em relação às demandas do trabalho organizado. Isso significava a construção de um arcabouço legal, que desse sustentação à organização dos trabalhadores por local de trabalho, por exemplo. Era uma

demandava da CUT isso. E o curioso é que o Medeiros fazia isso na prática. O Medeiros tinha mil e oitocentos delegados sindicais nas empresas. Não era brincadeira. Essa era a prática do PCB antes de 1964. Então, ele aprendeu lá. Mas a representação por local de trabalho não era para organizar os trabalhadores: era para desorganizar a oposição. E ele conseguiu. Desorganizou completamente a oposição sindical da CUT, o que eu chamo de uma “construção destruidora”. Ele consolidou seu poder no sindicato sobre os escombros da oposição sindical, que foi, boa parte dela, demitida das fábricas. Então, a prática, apesar do discurso modernizante, era, no sindicato, intolerante, e na dinâmica constituinte, visceralmente oligárquica. E a Constituição manteve a estrutura sindical corporativa, e devemos isso ao sindicalismo pragmático. O pouco que se concedeu ali em direitos sociais pareceu, ao menos à CUT naquele momento, *peanuts* aos pobres. A CUT não tinha ideia de que o que estava sendo proposto ali tinha muito de avanço em termos de direitos sociais. Achava que não, assim como o PT, aliás.

Pergunta: Você pode comentar um pouco mais sobre o novo sindicalismo?

Adalberto Cardoso: A CUT foi a principal organização popular da democratização. Nós não teríamos os avanços que nós tivemos sem falar do novo sindicalismo, da CUT. Do modo como ela interveio, como ela forçou a democratização. E claro, conseguiu avanços e tudo mais, mas muito aquém do que gostaria, do que teria sido possível. Mas é impossível entender a dinâmica da democratização sem falar da CUT e do novo sindicalismo. É incrível, porque o PT é fruto do novo sindicalismo, mas a CUT é fruto do PT. Quem criou o PT foi o novo sindicalismo, que ainda não era CUT, que viria depois. Porque quem estava ali, no dia da fundação do PT, era o Lula, era o Jacó Bittar, era o Gilmar Carneiro... Então, o novo sindicalismo criou o seu partido, que depois criou a sua central sindical. Você não tinha a central sindical, mas você tinha o coletivo sindical que já se pensava como Central Única dos Trabalhadores, mas que ainda não tinha esse nome. Que foi ganhar esse nome lá em 1983. Sem olhar para isso, é impossível, repito, você entender a dinâmica da transição, e entender por que os militares foram obrigados a apressar o processo de democratização, de abertura. As greves de São Bernardo... eu estava em São Paulo em 1979, era uma comoção. Nessa época, eu acabei me metendo no movimento estudantil. A primeira vez que eu senti cheiro de gás lacrimogêneo foi em São Paulo. Foi a primeira vez que eu corri da polícia na vida. Essa coisa não existia em Uberlândia. E o Lula esteve lá na USP. Foi uma comoção, a massa estudantil eletrizou de uma maneira... Os militares ficaram

com muito medo. O Lula ter sido preso pela segurança nacional tem a ver com isso. Era um medo do perigo vermelho, do comunismo. O que é que o Lula faz? Funda um partido. Isso *bouleversou* a cabeça dos militares, de vários analistas políticos. E, fundado o PT, em 1980, a política brasileira passou a se definir pró ou contra o PT. O PT estruturou o cenário político brasileiro desde então, e para sempre. É petismo e antipetismo desde então. O PT foi importante na Constituinte; tinha lá trinta deputados. Não se entende o capítulo dos direitos sociais da Constituinte sem a ação decisiva dos deputados do PT. Não foram os sindicalistas de resultados, foi o PT que forçou a barra, tentando furar a barreira do Centrão, com quem o Medeiros negociava a manutenção da estrutura sindical. E assim como o PT foi estruturar o campo partidário no Brasil, a CUT estruturou o campo sindical. Tudo se definia por relação à CUT. Tanto que o Medeiros construiu a sua identidade como anti-CUT. A Força Sindical nasceu como: “Somos a central sindical anti-CUT”. É o antipetismo no sindicalismo, é a mesma dinâmica.

Pergunta: Como você vê essa dinâmica hoje?

Adalberto Cardoso: Isso é muito surpreendente em um país, hoje, tão conservador. A gente vê que também o PT não é mais um partido de esquerda como foi. A CUT também não é uma central de esquerda como foi. A esquerda não é mais o que foi. Não importa. Mas você ainda tem uma capacidade de galvanização de um campo político progressista. Sobre a questão de distinguir a CUT do pragmatismo, hoje eu diria que é difícil distinguir. Uma coisa que o Bolsonaro fez, foi unificar a luta sindical pela negativa. O Lula unificou ao trazer o movimento sindical para dentro do governo, para fazer política pública. E o Bolsonaro unificou pela negativa: todo mundo contra ele. Essa unificação pela negativa não é duradoura, porque ela não é em torno de pautas para frente. Ela é em torno de autodefesa. Mas isso mostrou um lado muito complexo: um quadro de deterioração da possibilidade de construção de discursos alternativos ao neoliberalismo, por exemplo. Nem a CUT, nem nenhuma força no movimento sindical, hoje, tem um discurso antiliberal de alguma consistência. Fiz entrevistas para um livro que escrevi sobre negociações coletivas durante a pandemia. Os empresários que negociaram com os sindicatos da CUT falam a mesma coisa, que negociar com a CUT é negociação civilizada. Os sindicalistas da CUT são educados, têm escolaridade. Os sindicalistas da Força Sindical podem até ser educados, mas você fala “A”, eles entendem “B”. Ouvi isso de mais de um empresário sobre negociações na pandemia. Para esse livro, que saiu pela Annablume em 2024, eu também fui olhar dados sobre greves, negociação

coletiva. A PNAD 2022 trouxe a taxa de sindicalização de 9% dos ocupados, comparada com 16% em 2012. Em dez anos, caiu de 16% para 9%. Então, a crise que engloba a CUT, engloba a todos e se expressa nessa queda imensa. Mas aí você vê os dados da negociação coletiva. Houve quarenta e dois mil instrumentos de negociação coletiva depositados no sistema do MTE em 2022. Foram mil greves, um pouco mais. Quase o mesmo tanto do pico de greves lá nos anos 1980. Então, tem uma crise no sindicalismo e, ao mesmo tempo, uma capacidade de ação coletiva e mobilização que precisa ser entendida. Nós, os analistas, ainda não estamos entendendo como um sindicalismo que não tem filiados é capaz de mobilizar mil greves e ser eficiente na negociação coletiva. Depois da reforma de 2017, os sindicatos ficaram a pão e água no Brasil. Acabou o imposto sindical, e a legislação não colocou nada no lugar. A CUT, como as outras centrais, teve que vender patrimônio, teve que se virar para poder arrumar dinheiro. Tem um outro aspecto fundamental, que é a mudança estrutural do mercado de trabalho no Brasil. A CUT tinha alguns pilares de sustentação muito sólidos... os metalúrgicos, os petroleiros, professores e servidores públicos, todas essas categorias perderam pessoal ou tiveram suas condições de trabalho bastante precarizadas. Além disso, a CUT sempre teve um terço dos seus sindicatos filiados no mundo rural. Os trabalhadores rurais no Brasil, hoje, são 7% da população. Então, esse dessoramento acabou aproximando a CUT das outras centrais pela negativa, por perda de poder e de base de sustentação, e por não conseguir diferenciar seu discurso das outras centrais. Veja o tema da reforma trabalhista. A CUT tem a mesma posição das outras centrais, de não lutar pela revogação de uma reforma que destruiu os sindicatos e precarizou os direitos do trabalho.

Pergunta: A gente gostaria de comentar agora, justamente, sobre a chamada reforma trabalhista brasileira, que teve o seu auge com aprovação da lei nº 13467/2017. No seu artigo de 2019, escrito em coautoria com Christian Azaïs, intitulado *Reformas trabalhistas e seus mercados: uma comparação Brasil-França*, vocês afirmaram que o discurso dos proponentes da reforma, baseado no ideário de flexibilização e de uma suposta melhoria socioeconômica, veio acompanhado “de formas de regulação que geram, na verdade, insegurança no emprego, na renda e nos direitos trabalhistas”. Também em algumas das suas obras anteriores, como *A construção da sociedade do trabalho no Brasil* e *As normas e os fatos*, aparece, direta ou indiretamente, o debate sobre as ambivalências e contradições do direito – e, mais especificamente, do direito do trabalho. Passados mais de seis anos desde a entrada da vigência da lei nº 13.467, como você avalia, hoje, os impactos da reforma trabalhista no mercado de trabalho brasileiro?

Adalberto Cardoso: A reforma trabalhista botou uma pá de cal na herança varguista. Ela representou, de fato, a destruição dos pilares centrais dessa herança. Enfraqueceu muitíssimo a capacidade de ação coletiva dos sindicatos. Vários de nós fomos olhar por dentro da negociação coletiva, e se revelou que várias cláusulas, negociadas ao longo das décadas, foram sendo retiradas das negociações, dos contratos coletivos, dos acordos e das convenções coletivas. Então, há um processo de precarização do que é negociado, redução dos itens que são negociados. Outro impacto importante da reforma é a redução do acesso à Justiça do Trabalho por parte dos trabalhadores. A reforma também retirou os sindicatos da intermediação de vários aspectos das relações de trabalho, como a homologação das demissões, quando os sindicatos atestavam se os direitos do trabalhador tinham sido honrados ou não pelas empresas, e isso podia levar à Justiça do Trabalho. Além do mais, houve a instituição de contratos precários, como um contrato intermitente, que não passa de modo algum por intermediação sindical e que tem zero direitos, né? Veja, a reforma mexeu em mais de cem artigos da CLT. Foi muito profunda. A cidadania regulada e as suas consequências para a construção da utopia do trabalho, a utopia brasileira, relacionada ao trabalho formal, foi impactada no âmago. Então, desse ponto de vista, a reforma enterra definitivamente o duplo mecanismo de coordenação que o Vargas legou, e que estruturou a sociabilidade brasileira ao longo do tempo. A grande herança do Vargas foi esse duplo mecanismo de coordenação. Você tinha, de um lado, um ordenamento jurídico carente de efetivação; e, de outro, recursos dados aos sindicatos, para lutar pela efetividade disso. Esse mecanismo colocou o sindicalismo no coração e no processo de construção estatal no Brasil, ali onde ele regula o âmago da acumulação, a exploração da força de trabalho. E isso foi destruído pela reforma de 2017.

Pergunta: Agora uma pergunta um pouco mais prospectiva: você visualiza, no atual cenário sociopolítico, alguma possibilidade de articulação em torno da pauta da revogação, ainda que parcial, da lei central da reforma trabalhista no Brasil?

Adalberto Cardoso: Há um movimento em curso, que se chama *Revoga Já*. É uma articulação que começou no sindicato dos advogados de São Paulo. É um movimento que fez muito barulho, que teve manifesto, fez vários seminários e debates pelo Brasil, que se encontrou com ministro Marinho. O ministro Marinho, quando tomou posse, falou muito *en passant* sobre a possibilidade de revisão da reforma trabalhista, mas isso hoje saiu da pauta do governo. Por incrível que pareça, isso não é central na pauta dos sindicatos, como eu

falei. Isso não é central na pauta da CUT. Rever ou cancelar a reforma trabalhista, ou revisar, isso não está na pauta. O Ministério do Trabalho não tem um projeto para os trabalhadores brasileiros, não tem um projeto para o mundo do trabalho. Está fora do horizonte do governo uma revisão a fundo dessa reforma. Eu acho que, em parte, pelo fato de que os sindicatos tiveram a sua espinha dorsal quebrada. Sobre as consequências da reforma no mercado de trabalho, é muito difícil mensurar, depois de seis anos, porque você teve uma pandemia no meio. Hoje está sendo gerado emprego, na verdade o país está batendo recordes de emprego formal. Mas é emprego muito precário, com altíssima rotatividade e instabilidade, além de baixos salários. Empregos nas franjas inferiores, mais precárias do mercado formal de trabalho. Dentre as iniciativas também em torno da revogação da reforma trabalhista, ou da revisão da reforma trabalhista, tem o trabalho da REMIR, que é a *Rede de Estudos e Monitoramento Interdisciplinar da Reforma Trabalhista*. Esse é o nome original. Depois de tantos anos da reforma trabalhista de 2017, a gente mudou para *Reconfigurações do Trabalho*. É uma rede muito importante e ativa. Congrega, hoje, cerca de duzentos pesquisadores no Brasil inteiro de várias áreas do mundo trabalho, dos estudos do trabalho. Direito, sociologia, economia, saúde do trabalho etc. E a REMIR tem sido muito importante no estudo, justamente, dos impactos da reforma trabalhista no mercado de trabalho. Tem tido um papel fundamental nesse debate, não só a partir de publicações, mas tentando intervir junto aos poderes públicos, para que o tema da reforma trabalhista seja colocado em pauta. Os sindicalistas são muito temerosos em relação ao fim da unicidade sindical, que, no meu ponto de vista, é a coisa mais perniciosa da estrutura sindical brasileira. Um problema político e sério, né? Então, tem esse temor. Não se mexe na reforma trabalhista também por causa disso. As centrais sindicais são contra a volta do imposto sindical, eliminado pela reforma. Mas querem uma lei que garanta o financiamento, mesmo que não compulsório. Mas isso não anda, porque não há vontade política do governo Lula, e menos ainda do ministro Marinho. A REMIR tem tentado chamar atenção para esse problema junto às centrais sindicais, que têm um fórum de discussão sobre vários temas.

Pergunta: Gostaríamos de mencionar agora o seu livro *À beira do abismo*, de 2020, para falar um pouco mais diretamente sobre o próprio bolsonarismo. Há uma citação de uma pergunta razoavelmente retórica, que você está apresentando no seu livro, e que gostaríamos de retomar aqui: “como é possível que políticas radicalmente neoliberais [...] de destruição do que restou do estado de bem-estar brasileiro tenham ganhado apoio

popular e continuem a alimentar as esperanças de parcelas significativas das massas trabalhadoras e, principalmente, de expressivos segmentos das classes médias [...]?".

Adalberto Cardoso: Eu não respondo essa pergunta no livro, porque essa pergunta não tem resposta simples. Eu a jogo no livro para enfrentá-la. Tem uma coisa hoje que dificulta muito, porque, como eu falei antes, a vida cotidiana das pessoas é muito despolitizada em um certo sentido. O Lula lutou contra isso sem saber: repôs o Estado como elemento de mediação das expectativas das pessoas. Uma coisa que, no Brasil, quem conseguiu fazer foi o Vargas. Ninguém mais fez isso no Brasil, além do Vargas seus herdeiros, Juscelino e Jango, e do Lula: recolocar o Estado no centro da construção de expectativas das pessoas. Esse é um tipo de politização, ainda que possa ser lida na chave do paternalismo (muita gente leu assim... eu não leio assim). Eu acho que é banhar de razão pública a forma de inserção das pessoas na vida cotidiana que é essencialmente privada, pelas razões que eu falei de como o Estado ordena por muito pouco tempo a vida das pessoas no Brasil, quer dizer, no curto período em que as pessoas estão estudando. Então, você banhar de razão pública essa inserção privada das pessoas é um grande feito político. É um processo de politização. Apesar de o modo de inclusão do Lula ser pelo mercado, pelo consumo, que é mesquinho do ponto de vista de qualquer ideia de politização da vida, melhorar de vida é um projeto político. Você promover a melhoria de vida das pessoas, ao invés de trabalhar só para enriquecer os mais ricos, que é caso do neoliberalismo, é um projeto progressista no Brasil. Reformismo fraco, como cunhou o André Singer, mas é um projeto progressista. O problema é que, se você tira o Lula, esse projeto, do horizonte das pessoas, volta ao que era. E o que era? É privação, é perda. Vulnerabilidade, precariedade, individualismo, luta. Viver da mão para a boca. Essa coisa da despolitização, no sentido de que a vida é correr para comer. Claro, no Brasil a vida cotidiana é essencialmente política, mas de um outro jeito: você está sempre tendo que negociar a sua sobrevivência. É a política meio hobbesiana, porque você está construindo os seus meios de vida contra outros. O tempo todo, em meio a recursos escassos. Todo mundo lutando para sobreviver ali. Mas, ao mesmo tempo, é um ambiente em que, se você não coopera, você não sobrevive. Então, a vida nas comunidades pobres no Brasil é dura, vulnerável, precária etc. e tal, luta e disputa, mas tem cooperação. Tem solidariedade. Tem ação coletiva. Tem... porque tem que ter! Todos os vizinhos tomam conta das crianças, porque não tem lugar nas casas para as crianças ficarem e não há creches públicas. As crianças só vão para casa para dormir. E esse é um mundo essencialmente privado, de soluções privadas para os problemas da

vulnerabilidade. Mas a vida nos ambientes da pobreza é politizada, nesse sentido de que as pessoas têm a noção clara da dependência que elas têmumas das outras. Essa é uma política, certo? Como é que você transforma essa política do cotidiano em alguma coisa mais, que saia desse ambiente encarcerado, vulnerável, privado? É um ambiente político, tem solidariedade, tem relações vicinais, tem cooperação, mas que está sempre sujeito à violência. O [Luiz Antonio] Machado da Silva cunhou o conceito de “sociabilidade violenta”. Eu roubei o conceito dele.

Pergunta: Você quer falar mais um pouco sobre esse conceito?

Adalberto Cardoso: Eu roubei o conceito dele, porque ele se refere à sociabilidade que ocorre entre os grupos de narcotraficantes, uma sociabilidade fechada nela mesma. A morte é, no fim das contas, o código principal de ordenamento das relações entre os bandidos. Você pode morrer na mão de qualquer um pela razão mais banal que for. Então, uma sociabilidade, nesse sentido, encarcerada, restrita a esse ambiente do crime e seus agentes, uns em relação aos outros. Eu roubei o conceito dele, porque eu acho que a ideia... o nome é muito bom, mas a ideia não é boa. Porque eu entendo sociabilidade, no sentido simmeliano da palavra, como as relações face a face cotidianas, que são orientadas pelo que eu chamo de linhas de força de coordenação da ação em sociedade. Não sou só eu não. Muita gente fala das linhas de força da ação em sociedade, para evitar a ideia muito rígida de estrutura da ação. Essa sociabilidade no Brasil é violenta, porque todas as relações cotidianas estão sujeitas a um desfecho violento. E isso não é só nas comunidades violentas. Isso é na cidade. Nas cidades grandes, em particular. Porque o trânsito é violento. Então, você pode ser atropelado por um carro de um bêbado doido. Porque você está sujeito a ser assaltado na rua. Ou você está sujeito a uma resposta violenta só pelos seus belos olhos. Violência de gênero. Isso é no cotidiano. O dia a dia no Brasil é violento. E sempre foi. Isso é fruto das relações hierárquicas desde sempre no Brasil. Tem a ver com a escravidão, com a violência extrema contra os escravizados, a banalidade da vida, um problema que não foi resolvido ao longo dos séculos. Então, você tem uma violência vertical do Estado em relação à cidadania. E você tem uma violência horizontal dos cidadãos entre si. É isso que eu chamo de sociabilidade violenta: os encontros cotidianos no Brasil se dão pela pressuposição da possibilidade da reação violenta do outro. Da expectativa mútua de um desfecho violento de um encontro, mesmo que casual. Então, esse é o elemento despolitizador. Mesmo nessas considerações que eu estou fazendo, que no mundo da

pobreza e das relações vicinais há solidariedade, cooperação e tudo mais, a pressuposição da violência é um *a priori*. E ela está lá; é inescapável e despolitizadora. Ela é um obstáculo à transformação dessa cooperação em alguma coisa mais transcendente. Entendeu? Então, você tem que ter a ação ali presente de agentes politizadores. Partidos políticos, pessoal de movimentos sociais, organizações de bairro, ONGs etc. E a gente tem cada vez menos isso, porque quem tem investido nisso é quem ganha dinheiro com isso.

Pergunta: E como você visualiza as relações de força entre esses agentes?

Adalberto Cardoso: Os movimentos sociais têm uma competição hoje nesses ambientes, do agente empresarial que vive de levar conforto para as almas. Que são as igrejas. E elas ganham dinheiro com isso, são guiadas pelo interesse material, né? É puramente econômico. Enriquecer os bispos. Não é salvar almas. Aliás, eles não estão nem aí para as almas, eles querem que as pessoas enriqueçam, para poder dar mais dinheiro para eles. Essa é a lógica do enriquecimento geral. É a prosperidade para todos e tal. “Quanto mais próspera a sociedade, mais próspera é a nossa igreja e é isso que Deus quer”. Mas o que importa é que essas pessoas estão levando conforto, de um modo ou de outro. As mães preferem que as meninas frequentem a igreja do que qualquer outro ambiente, porque na igreja elas preservam a sua virgindade, não vão engravidar cedo. As mães preferem que seus jovens filhos adolescentes frequentem a igreja do que caiam no tráfico. Então, as famílias, em geral monoparentais, mães pobres, preferem que seus filhos fiquem na igreja. E elas também vão e aí pronto. E a solidariedade local, que podia ser transcendente, politizada de alguma maneira, é canalizada para uma outra coisa, que é solidariedade também, mas de um tipo bem distinto. A igreja estimula a solidariedade para com ela mesma. Vive disso também, de produzir coisas comunitárias, estímulo ao bem comum na comunidade, mas em seu próprio benefício. Que, num ambiente de grande vulnerabilidade, acaba sendo uma coisa irresistível para uma parte dessas pessoas. As igrejas acabam sendo um antídoto para a sociabilidade violenta. Então, a pergunta toca em um ponto muito complicado... Além do mais, nesses ambientes (na verdade em toda parte hoje) você tem as redes sociais, que, embora pareçam isso, não são uma esfera pública. Não são espaços para você construir suas preferências. São espaços para você afirmar as suas idiossincrasias, os seus preconceitos... Não são espaços de diálogo. São espaços de lacração. E nesses espaços você não constrói discursos políticos democráticos, não constrói solidariedade, tolerância, uma imagem aberta do outro. O outro é seu inimigo. Tem

política, muita, mas a pior possível, porque é a da impossibilidade da negociação política. Nas redes, você não tem negociação política. Em ambientes que conjugam grande vulnerabilidade e sociabilidade violenta, as redes sociais exacerbam comportamentos disruptivos, minam as fontes daquela solidariedade local que mencionei. Eu não vejo horizonte a esse respeito. Bem, já começa uma demanda por regulação das redes sociais. E a única saída é essa, você ter intervenção do Estado, num ambiente onde o Estado não é visto como bem-vindo, é visto como aquele que tolhe a liberdade de expressão. E veja, esse é o mundo dos sonhos da finança, o mundo do império do indivíduo... É o meio de comunicação perfeito para o neoliberalismo financeiro. Você não tem coalizão, não tem cooperação, não tem nada. Você só tem inimizade, individualismo, competição, guerra etc. E enquanto isso, a finança reina soberana e solitária. É um pouco isso que está acontecendo, de maneira muito simplificada, claro. Muito difícil sair disso.

Pergunta: E a extrema direita tem se aproveitado das redes sociais, assim como as redes sociais têm se aproveitado do engajamento gerado pela extrema direita. É um círculo bastante vicioso, né?

Adalberto Cardoso: Esse é o grande negócio deles. Quanto mais radicalizado o debate, melhor. Mais engajamento gera e mais dinheiro eles ganham. Essa é a tragédia contemporânea. O principal agente econômico do mundo contemporâneo, as chamadas Big Techs, é o que vive da guerra nas redes sociais. Quanto mais guerra, quanto mais polarização e conflito, melhor. Mais ricos eles ficam. Então, você tem um agente poderoso que atinge bilhões de habitantes no planeta, como é caso do *Facebook* ou o *Twitter* ou o Google e seu YouTube, cujo modelo de negócio é fazer as pessoas brigarem, para com isso aumentar o engajamento nas redes e vender mais anúncios. É disso que esse agente vive. É complicado. Esse é o mundo em que estamos.

Pergunta: Nesta parte, a gente queria falar um pouco sobre mercado de trabalho, informalidade e políticas públicas. No seu livro *Ensaio de sociologia do mercado de trabalho brasileiro* (2013), você apresenta algumas hipóteses sobre as “estruturas elementares” do mercado de trabalho brasileiro. Poderia comentar o que te levou a olhar para o conceito de informalidade?

Adalberto Cardoso: Essa condição [a informalidade], que eu não chamo de conceito, sempre me atraiu por várias razões. A primeira delas é o fato de que, embora toda a minha

trajetória estivesse voltada para o estudo do sindicalismo, da economia dos trabalhadores formalmente ocupados – porque eles são a base dos sindicatos e tudo mais –, eu sempre tive a hipótese, que nunca desenvolvi de maneira adequada, de que uma das razões da fragilidade do sindicalismo no Brasil (principalmente, das centrais sindicais) era a economia informal. Então, eu sempre tive essa preocupação como um tema subsidiário do problema do poder das centrais sindicais. Depois da crise dos anos 1990, ou durante essa crise, meu interesse se voltou para o desemprego, para o aumento brutal da informalidade. Quer dizer, a perda de ocupações formais chegou a três milhões de postos de trabalho em dez anos, nos anos 1990, e isso apenas na indústria. E a maioria dessas pessoas não encontrou uma ocupação formal de novo e teve que se estabelecer informalmente.

Pergunta: E por que isso ocorre, exatamente?

Adalberto Cardoso: Porque o Brasil não tem um seguro-desemprego digno do nome, que garanta a sobrevivência das pessoas enquanto desempregados, enquanto procuram alguma ocupação compatível com a sua qualificação. Então, meu interesse nos desempregados era para onde eles vão. Ou seja, quem consegue sair da condição, ou de desempregado, ou de estabelecido informalmente, e retornar para a economia formal. Só que as pessoas não estavam retornando. Cerca de 60%, 70% das pessoas que perderam um emprego formal nos anos 1990, nunca voltaram para a economia formal. Então, teve esse lado. Vindo aqui para o Rio de Janeiro, eu comecei a me interessar por modos de vida informais de várias maneiras. A minha interlocução aqui com o Machado foi muito importante. Ele estava discutindo empregabilidade e o empreendedorismo como o novo rosto da informalidade. Eu estava discutindo empregabilidade do ponto de vista crítico: “o que é empregabilidade em uma economia onde você não tem emprego?” – ou, pelo menos, não tem emprego suficiente para as pessoas que estão se qualificando. Então, o Machado veio com essa teoria muito engenhosa: que, na verdade, a marginalidade que virou informalidade nos anos 1970, nos 1990 virou empregabilidade e depois empreendedorismo. Então, é o mesmo mundo, o mesmo ambiente que está sendo lido de maneira distinta pelas mudanças dos humores, das teorias, e também, claro, das ideologias. Eu estava interessado na coisa da empregabilidade por outra razão, para fazer a crítica desse conceito, das teorias do capital humano, mostrando que o discurso econômico, na verdade, era pura ideologia em um país como o Brasil. Mas não só no Brasil. Então, eu estava tentando discutir teoricamente o problema. E eu estava olhando

diretamente para a informalidade, ao fazer a crítica do conceito de empregabilidade. Só me dei conta disso depois, quando eu fui olhar, de fato, a dinâmica não só da economia formal, mas dos modos informais de vida, que são parte da vida da maioria da população em uma cidade como o Rio de Janeiro, onde é tudo informal. A vida é informal para uma parte significativa da população. Foi um pouco por aí que eu entrei.

Pergunta: Três anos depois, você escreve que algumas políticas públicas destinadas a combater a informalidade frequentemente se baseiam em diagnósticos incompletos. Há certa incompreensão do papel da informalidade na estruturação das relações sociais em países com enormes contingentes de trabalhadores informais?

Adalberto Cardoso: Olha, essa incompreensão está, sobretudo, entre os economistas, com essa visão de que a nossa legislação trabalhista é muito rígida, que a informalidade é causada pela rigidez da legislação trabalhista. Isso é uma mentalidade colonizada, uma rasura teórica brutal, porque você traz o modelo europeu e norte-americano de funcionamento do mercado de trabalho, onde as pessoas estão procurando emprego protegidas pelo seguro-desemprego. Então, você não tem informalidade porque as pessoas têm a garantia da renda do Estado. “Para que eu vou arrumar meios de vender laranja na esquina, montar uma barraquinha?” Pelo modelo europeu, você entra na escola com dois anos de idade, na creche pública. O Estado organiza a sua vida até você sair da faculdade ou da pós-graduação, e quando você sai, você vai para um mundo em que o mercado é organizado. O Estado está presente na vida da pessoa sempre. Aqui, para a grande maioria da população, o Estado é a polícia, é a violência, está presente como aquele que restringe, que pune, que mata. Essas pessoas que nasceram na informalidade, se criaram na informalidade com a ausência do Estado, ou melhor, com essa presença violenta ou quase sempre corrupta, clientelista. Para elas, o sonho do assalariamento formal não é generalizável como era na Europa ou nos Estados Unidos. Isso não é assim para boa parte da população [brasileira], porque não vive, nunca viveu, desde que nasceu, com essa experiência. É natural, para essa pessoa, o “se virar”. E vai se virar a vida inteira. Os economistas não levam isso em conta. E muitos dos sociólogos também não. Se você tem 40% de informalidade no Brasil, não é por causa da rigidez da legislação trabalhista.

Pergunta: Você realmente mostra que há uma franja persistente, que nunca vai se formalizar... Apesar das políticas oficiais de incentivo, como o microempreendedor

individual (MEI), por exemplo. Para grande parte dos informais, o Estado aparece com uma entidade institucional que desperta suspeita, desconfiança, talvez até um certo medo...

Adalberto Cardoso: Nunca vai se formalizar. Pelas minhas contas, pelo menos 50%, 55% das pessoas que estão na economia informal são gerações perdidas para o assalariamento. São mulheres com mais de quarenta e cinco, cinquenta anos – a maioria é mulher –, homens de quarenta, quarenta e cinco, cinquenta anos. Muita gente com deficiências físicas e mentais decorrentes da vida precária e vulnerável de trabalho. Doenças profissionais de vários tipos. Essas pessoas estão perdidas para o assalariamento, para a formalidade. Se você pensar, o MEI é uma boa política, né? Bem pensada... Teve um fiscalismo na ideia original do MEI: “Vamos ver se a gente consegue um dinheirinho para a previdência social dessas pessoas que estão excluídas do mercado”. Mas tem o outro lado, porque, de fato, você dá alguma proteção previdenciária para a pessoa: auxílio-doença, as mulheres têm atenção gestante, acolhimento da saúde. Então, é uma boa política, desse ponto de vista, porque você inclui pessoas que estavam inteiramente fora. E tudo isso com um custo muito baixo, porque a mensalidade é muito baixa, ou seja, o custo de entrada é muito pequeno. E mesmo assim, demorou a pegar... quatro, cinco, seis, sete anos. Eu me lembro da tese do Thiago Panica, sobre micro trajetórias de pessoas de classes populares, a desconfiança das pessoas em relação ao SEBRAE... Entidades em princípio criadas para apoiar essa população, mas que sofrem uma desconfiança brutal. “Ah, esses caras querem meu dinheiro, já vêm com negócio de pegar empréstimo em banco, fulano perdeu tudo pro banco.” Entendeu? Esse é o núcleo da coisa.

Pergunta: Você publicou um conjunto de artigos, textos, capítulos de livro, sobre os impactos da pandemia de COVID-19 nas relações sociais, sobretudo no Brasil. Como você se recorda das suas projeções da chegada do vírus ao Brasil? E como foi entender esse contexto inserido também nessa tragédia?

Adalberto Cardoso: Não era muito difícil prever que o impacto da pandemia seria muito desigual, no mundo inteiro. Não tinha como ser diferente, porque a sociedade é desigual, hierárquica e as pessoas estão em posições distintas e podem se salvaguardar de maneiras distintas. O impacto foi desigual, porque morreram os mais pobres em maior quantidade, entre eles os mais pretos. As classes médias e altas puderam se preservar com teletrabalho, *home office*. Eu fiz um estudo mais profundo sobre as negociações coletivas de algumas categorias operárias importantes: metalúrgicos, bancários,

petroleiros. Essas categorias conseguiram salvaguardas. Todas as pessoas que puderam trabalhar em casa, foram para casa. Por exemplo, em uma das montadoras aqui no Sul Fluminense [do Rio de Janeiro], o sindicato conseguiu que, no ônibus da empresa, só fosse um trabalhador por banco, e separados por acrílico e tal. Várias [categorias] conseguiram coisas desse tipo. O que não impediu que as pessoas morressem, obviamente, mas você reduziu a incidência. Quem pôde fazer isso foram as categorias com os sindicatos mais fortes. E isso não está igualmente distribuído pelas categorias profissionais, nem pelas regiões do país, nem pelo tamanho das empresas etc. Então, a desigualdade, a gente também sentiu aí. Então, era previsível que primeiro tivesse uma incidência desigual, pegando mais as pessoas mais vulneráveis, mais pobres etc. Sobretudo, as categorias informais que precisam estar na rua para ganhar dinheiro. Então, essa era a principal previsão, entre outras, e que se confirmou em parte. Apesar disso, eu fui surpreendido...

Pergunta: E você poderia falar um pouco mais sobre o que te surpreendeu?

Adalberto Cardoso: Eu faço parte de uma equipe que está fazendo pesquisa sobre o impacto diferencial da pandemia em algumas comunidades no Brasil – na Maré, Paraisópolis, comunidades quilombolas, comunidades indígenas, povos originários na Amazônia. Na ausência do Estado, naquela loucura que foi a gestão da pandemia pelo governo Bolsonaro, as populações mais vulneráveis construíram muitos mecanismos de autoproteção. A incidência foi maior nas comunidades mais pobres, onde você tem mais aglomeração de pessoas nas casas etc. A doença se transmitia assim. Mas ela foi muito mais baixa do que seria de se esperar, tendo em vista a enorme virulência que foi inicialmente a taxa de mortalidade. Então, isso me surpreendeu. Por outro lado, a retomada demorou muito. O efeito disso sobre a pobreza, sobre a situação de vulnerabilidade das pessoas foi muito grande. As pessoas demoraram muito tempo para retomar a sua vida porque continuou morrendo muita gente. Os dados são de setecentos e poucos mil mortos, mas é mais do que isso, porque, se você olha o dado de mortes em excesso, comparado com o período de não pandemia, você tem 12% a 15% a mais do que está de fato dito. Então, nós temos oitocentos mil, oitocentos e cinquenta mil mortes. Não tem ninguém que não perdeu algum familiar, próximo ou mais distante, na pandemia. É isso que quer dizer oitocentos e cinquenta mil mortes: uma morte para cada 250 brasileiros. Em boa parte, as pessoas mais idosas. Mas não só. Uma parte do impacto da pandemia tem a ver com condições de trabalho, com os trabalhadores, mas tem a ver também com a retomada da

vida em situação muito mais precária, muito mais vulnerável. Muitas famílias dependiam da renda do idoso que morreu, da aposentadoria ou da pensão. O cálculo que eu fiz era de cinco e meio milhões de pessoas. Nesse caso não tem a ver com trabalho, tem a ver com renda. Idoso é pensão, aposentadoria, sustentando a vida de criança, netos... Então, quando retornou, essas famílias voltaram em condição muito pior do que era antes.

Pergunta: E o trabalho por plataforma, que aumentou consideravelmente no período, teria relação com esse retorno em condições muito piores?

Adalberto Cardoso: Tem um fetiche, hoje, com a plataforma. Impressionante, porque é um fenômeno que ainda é socialmente muito pequeno em termos relativos; pela pesquisa mais recente do IBGE, tem um milhão e meio de pessoas trabalhando hoje em plataforma no Brasil. Isso dá 1,5% dos ocupados, certo? Mas tem uma visibilidade sociológica brutal, também entre economistas e outros cientistas sociais. Por quê? A razão principal, acho eu, é que todos nós estamos vendo isso como o futuro do trabalho. A maioria dos serviços, tudo vai estar platformizado em muito pouco tempo. Então, a gente está olhando, na verdade, para o futuro. E isso se tornou visível na pandemia. Toda uma economia se construiu, inclusive, de restaurantes que nunca existiram... Abriu a portinha só para entregar comida. A *iFood* coordena a distribuição, e diz que o que ela paga aos entregadores não é salário, é remuneração por um serviço prestado, uma relação entre empreendedores. Então, o trabalho por meio de plataformas tem que ser mais bem compreendido, pela exploração do trabalho, altas jornadas, salário ruim, se é vínculo de emprego ou se não é...

Pergunta: O Supremo Tribunal Federal não reconhece o vínculo...

Adalberto Cardoso: O STF já disse que não tem. No Ministério Público, há toda uma discussão que não sei onde vai dar. Mais uma previsão: isso não vai dar em nada do ponto de vista dos trabalhadores, porque nós temos um Supremo Tribunal Federal neoliberal. Extremamente neoliberal, e que está destruindo o direito do trabalho no Brasil. E uma porta principal dessa destruição é o trabalho em plataforma, o não reconhecimento do vínculo empregatício, contra as decisões do TST [Tribunal Superior do Trabalho]. A pandemia visibilizou o trabalho em plataforma. E ele só se tornou visível para a população em geral, por causa da dependência da gente. Mas eu não estou convencido, por exemplo, de que as pessoas estão sensibilizadas para o fato de que essas pessoas são exploradas. Roberto Véras, meu grande amigo, fez um projeto para ver todo o processo de precarização do

trabalho nas fábricas têxteis na Paraíba. Ele ficou surpreso com o fato de que as pessoas não acham que a sua ocupação é precária. “Pelo contrário. Agora eu tenho emprego, carteira assinada, eu ganho um piso maior do que o salário-mínimo. Antes não tinha nada. Trabalhando na roça, tinha aquela insegurança no sol a sol... Agora eu estou aqui na fábrica, trabalho oito horas por dia, o dinheiro cai todo sagrado dia cinco de todo mês”. Então, as pessoas estão felizes da vida. E, se você vai conversar com os entregadores, encontra uma coisa parecida: “Eu estava sem dinheiro. Há cinco anos sem trabalhar, pedindo esmola, não sei o quê. Aí, de repente, eu alugo uma bicicleta aqui do Itaú, faço o meu dinheirinho. No final do dia, final de semana, eu tenho lá o dinheiro para comprar a comida para minha filha...”. Vem o sociólogo com o discurso de vulnerável, precário, o cara manda pastar: “Então me dá um emprego aí, meu. Dá um emprego aí”. É complicado... Porque essas pessoas estão se virando, tanto quanto as outras pessoas estão se virando na economia informal, e já se viravam antes das plataformas. Só que essa economia informal plataformaizada é de caráter muito particular, né? Ela é informal para o trabalhador. Mas ela não é informal para a plataforma. A plataforma está nos circuitos financeiros mais altos da reprodução do capitalismo. Esses caras faturam bilhões de dólares por ano. E esses bilhões de dólares que eles faturam estão alimentando a ciranda financeira do planeta, explorando essa mão de obra informal que está feliz por ganhar um dinheirinho. Entendeu? A plataforma é a cara do capitalismo financeirizado: sem regras, sem direitos, sem nada. Só predatório.

Pergunta: E você pode falar um pouco mais sobre essa relação entre plataforma e financeirização?

Adalberto Cardoso: Eu gosto de comparar o capitalismo financeirizado com a Guerra dos Mundos, aquela história lá do Orson Welles. Os caras chegam com as naves espaciais no planeta, baixam lá com aqueles tubos imensos, sugam toda a energia do planeta, secam e somem: “Vambora, vamos procurar outro planeta”. Na galáxia, o planeta sugado fica lá, murcho. É isso o capitalismo financeirizado. É isso que a plataforma faz. É o suprassumo da lógica do neoliberalismo financeiro. Vou dar um exemplo sobre a financeirização. Você tem uma companhia como a Eletrobrás. Você vende a Eletrobrás, como o Bolsonaro fez. A Eletrobrás já estava no mercado, mas tinha o Estado como acionista majoritário. A questão é que o Estado joga com duas lógicas. A primeira é que, mesmo que só uma parte da empresa esteja no mercado, a lógica da gestão financeira é que tem que remunerar os acionistas. O acionista vem em primeiro lugar, Mas o Estado tem outra preocupação, que

é oferecer os serviços, por exemplo, para as populações que não podem pagar por ele. Então, você tem que ter tarifas subsidiadas. E o Estado tem que recorrer ao Tesouro para não repassar esse custo do subsídio para os outros consumidores. Isso vira uma política pública, certo? A lógica da empresa estatal de serviço, como a Eletrobrás, é essa. Mas a lógica que preside o capitalismo financeirizado é remunerar o acionista. Isso em primeiro lugar sempre. Toda sobra de dinheiro é para os acionistas. A consequência disso é que uma empresa como a Eletrobrás vai rapidamente passar por um problema de desinvestimento. Os serviços vão se deteriorar. O compromisso do acionista não é com a empresa, é com o dinheiro que ela pode gerar. E como se trata de um monopólio, é aquela coisa de too big to fail. A empresa não pode quebrar, porque não tem outra, certo? É um monopólio. Então, o desinvestimento é da lógica da gestão de uma empresa monopolista que presta um serviço público incontornável, mas que está agora em mãos privadas. A empresa entra em crise? Pode quebrar? Não faz mal, porque o Estado vai comprar, porque tem que dar eletricidade para o povo. A Eletrobrás não vai quebrar nunca: “eu vou dar todo dinheiro que eu puder para os meus acionistas. Na hora que a empresa estiver inviável, o Estado vai lá e compra de mim”. Então, o Estado é o avalista em última instância da predação financeira pelo capitalismo financeiro. Isso é o que a crise de 2008 mostrou. O fundo público – portanto, nós, o Estado somos nós -, todo o planeta que paga imposto é o avalista desses caras que hoje atuam como na Guerra dos Mundos. O capitalismo por plataforma é isso. No seu último grau. E esse é o futuro do trabalho. Por isso o grande interesse no trabalho por plataformas. Porque ele é o futuro do trabalho no capitalismo dominado pelas finanças.

Como citar esta entrevista:

ABNT

CARDOSO, Adalberto Moreira. LITURATERRA [Entrevista: 2025, 2] – Sociabilidade capitalista, trabalho e política no Brasil: uma entrevista com Adalberto Cardoso. *Por* Alexander D. A. Couto Englander; Bruna da Penha de M. Coelho; Cecília E. Barbosa Soares; Thiago Brandão Peres. *Passagens rev. int. hist. pol. e cult. jur.*, Niterói, v. 17, n. 2, p. 339-364, maio-ago. 2025. <https://doi.org/10.15175/1984-2503-202517207>

APA

Englandar, A. D. A. C., Coelho, B. P. M., Soares, C. E. B., & Peres, T. B. (2025). LITURATERRA [Entrevista: 2025, 2] – Sociabilidade capitalista, trabalho e política no Brasil: uma entrevista com Adalberto Cardoso. *Passagens rev. int. hist. pol. e cult. jur.*, 17(2), 339-364. <https://doi.org/10.15175/1984-2503-202517207>

Copyright:

Copyright © 2025 Englander, A. D. A. C., Coelho, B. P. M., Soares, C. E. B., & Peres, T. B. Este é um artigo em acesso aberto distribuído nos termos da Licença Creative Commons Atribuição que permite o uso irrestrito, a distribuição e reprodução em qualquer meio desde que o artigo original seja devidamente citado.

Copyright © 2025 Englander, A. D. A. C., Coelho, B. P. M., Soares, C. E. B., & Peres, T. B. This is an Open Access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original article is properly cited.

Editora responsável pelo processo de avaliação:

Gizlene Neder